

CUT **SINTSEF** 35 anos

CONDSEF/FENADSEF

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

Quase 50 termos de acordo garantem ganhos reais para servidores federais em negociações com o MGI



Foto: Letícia Alves/Sintsef-CE

A segunda reunião de Delegados Sindicais de Base de 2024 (foto), realizada em julho, abordou as negociações salariais e a reestruturação do serviço público. Após intensa mobilização do Sintsef-CE e Condsef/Fenadsef, o Governo Federal fechou acordo com 98,2% dos servidores, com impacto de R\$ 16 bilhões em 2025

na base

Confira tudo sobre as assinaturas de acordos entre servidores e MGI

Pág 3 a 6

jurídico

Execução individual da sentença da ação judicial pelo pagamento das diferenças de 28,86%

Pág 6

empresas públicas

Saiba sobre o ACT da Conab e os 10 anos de Ebserh no Ceará

Pág 7

e mais...

Reunião dos Aposentados passa a ser mensal; Confira o Artigo de Opinião

Pág 6

UNIVERSITÁRIA
FM 107,9

OUÇA O PROGRAMA RÁDIO LIVRE

Jornalismo com bom humor e destaque para a pluralidade de vozes da sociedade. O programa apresenta notícias e entrevistas comentadas pelo jornalista e professor da Universidade Federal do Ceará **Nonato Lima**.

O PROGRAMA É UMA PARCERIA COM
SINTSEF-CE

RÁDIO LIVRE

Horários: 7h30 às 8h30 (Seg. a sexta)
Produção: Juliana Murta
Apresentação: Nonato Lima

A importância das Eleições Municipais para a Classe Trabalhadora



Você já se perguntou quem realmente está no controle das decisões que afetam o seu dia a dia? Enquanto a maioria de nós segue com a rotina, existem forças em jogo que moldam a forma como vivemos, trabalhamos e até sonhamos com o futuro. Em tempos de mudanças rápidas e incertezas, a escolha de quem vai guiar nossas cidades e comunidades se torna uma peça fundamental nesse quebra-cabeça. Mas, o que está realmente em jogo? As eleições de 2024 podem parecer apenas mais um evento no calendário, mas elas carregam o poder de transformar profundamente os rumos da nossa sociedade e, principalmente, o futuro da classe trabalhadora.

Estamos vivendo um momento político significativo no Brasil, marcado pela primeira eleição municipal após o retorno do presidente Lula à presidência. Este é um cenário de renovação e esperança, especialmente após um período de intensas agressões à democracia e aos direitos da classe trabalhadora. As eleições de 2024 representam uma oportunidade fundamental para reavaliar nosso compromisso com a justiça social e a igualdade.

Nos últimos anos, testemu-

nhamos reformas que impactaram profundamente a vida dos trabalhadores: a terceirização, a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Essas mudanças trouxeram consequências duras e ainda presentes, diminuindo direitos e precarizando condições de trabalho. Portanto, as eleições municipais que se aproximam são mais do que uma simples escolha de prefeitos e vereadores; elas são um passo de extrema importância na luta pela recuperação e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

Entendemos que nem todos os problemas da classe trabalhadora são resolvidos através de um processo eleitoral e dentro dos parlamentos. Reconhecemos que a organização da classe através de suas entidades e mobilizações populares pode reverter muitas situações adversas, como no caso do PL 1904, que tratava do estupro e penalizava mulheres, crianças e adolescentes. Foi quando mulheres e homens tomaram as ruas e Lira, presidente da Câmara dos Deputados, retirou o projeto de pauta. Esse é apenas um exemplo, mas várias outras conquistas da classe trabalhadora resultam da ação direta dos trabalhadores. Sa-

bemos disso, mas não podemos desprezar o espaço político das eleições. Pelo contrário, precisamos nos apropriar dele e realizar ações concretas para colocar no parlamento representantes legítimos da classe trabalhadora, mesmo em situações adversas e sabendo que a disputa é desigual devido ao poder econômico daqueles que detêm o poder e querem controlar o poder político. Esses atores colocam no parlamento quem faz leis que prejudicam a classe trabalhadora.

No dia 6 de outubro, os brasileiros irão às urnas para eleger 5.570 prefeitos e 63.311 vereadores em todo o território nacional. Esses eleitos terão o poder de moldar as políticas públicas locais e influenciar a qualidade de vida em nossas cidades. Além disso, muitos desses candidatos recebem o apoio de parlamentares com diferentes matizes políticas, incluindo deputados, senadores e governadores, que são peças-chave na construção de um futuro Congresso Nacional mais justo e comprometido com os trabalhadores.

Este é um momento de diálogo com a população, de esclarecer a importância de cada voto e de como ele pode influenciar diretamente a nos-

sa vida. Os vereadores eleitos agora não apenas poderão alterar legislações municipais, mas também serão fundamentais no cenário político nacional. Nas próximas eleições em 2026, quando serão escolhidos 513 deputados federais e 2/3 do Senado, os vereadores eleitos serão os principais cabos eleitorais desses candidatos.

O Congresso Nacional que se formará daqui a dois anos poderá melhorar ou piorar a situação dos trabalhadores, e isso depende essencialmente de quem elegermos agora. É de extrema importância que nossa escolha recaia sobre candidatos comprometidos com a defesa dos direitos trabalhistas e a conquista de novos avanços sociais.

Portanto, a participação nas eleições municipais é um ato de cidadania e de responsabilidade com o futuro do nosso país. É uma oportunidade de reafirmar nossos valores e de lutar por um Brasil mais justo e igualitário. Vamos, juntos, eleger representantes que realmente defendam os interesses da classe trabalhadora e que estejam comprometidos com a construção de um futuro melhor para todos.

A Direção Colegiada

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza/CE - Fone: 85 3255.7300 Direção Colegiada - Coord. Geral: Francisco Flávio Inácio de Lima e Roberto Luque de Sousa

Coord. Jurídica: Francisco Adriano Duarte Fernandes, José de Assis e Sandra Lúcia da Silva Mota **Coordenação de Comunicação:**

Lucy Mary Gomes Matos e Petrônio Ferreira Soares **Coord. de Formação Política:** José Afonso Barbosa da Costa, Luiz Lula de Souza Filho **Coord. de**

Finanças: Josemar Martins Lima, Raimundo Nonato Costa Júnior **Coord. Sócio-cultural:** Francisco José Alexandre Sousa, José Eugênio Tavares Barbosa

Coord. de Aposentados e Pensionistas: Hervalino da Silva Moreira, Keila Margareth Candido Rolim, Pedro Jorge Guedes Barroso **Coord. Administrativa:**

Lucy Mary Gomes Matos, José Arteiro da Silveira, José Helio Alves de Araújo **Coordenação de Org. e Sindicalização:** José Artur Camurça Torres, José

Zezeito dos Santos, Marcelo da Costa Miranda **Coord. de Saúde do Trabalhador:** Carlos Eugênio Pereira Soares, Cícero Dias Lima, Daniel da Cruz de

Oliveira **Coord. de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude:** Barbara Osório Xavier Montezuma, Flávia Teixeira Sabóia, Maria Arlete Pereira

Araújo **Coord. de Empresas Públicas:** Andréia de Sousa Quintela, Elizeu Lima Sousa, Francisca Gerina Gomes Braga. **Conselho Fiscal:** Abelardo Alencar

de Lima, Antônia Lúcia Gomes dos Santos, Antônio Lima Santana da Costa Júnior, Benedito Batista de Holanda, José Augusto da Silva, José Rotiélcio e

Silva, Liduina Ferreira dos Santos, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Ivonilde da Silva Sales. **Jornalista responsável:** Júnior Tavares e Leticia Alves

Diagramação: Leticia Alves **Tiragem:** 6 mil exemplares **Impressão:** Expressão Gráfica

INCRA

Servidores do INCRA no Ceará aprovam proposta de reestruturação da carreira com ampla maioria



Servidores aprovam a proposta apresentada pelo MGI (19.08.2024)

No dia 19 de agosto de 2024, o governo federal, representado pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI), firmou um acordo com a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) sobre a reestruturação remuneratória do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do INCRA. O termo de acordo, de número 27/2024, estabelece uma série de mudanças que foram amplamente aceitas pelos servidores do INCRA durante assembleias organizadas pelos sindicatos da base da Condsef em todo o país, inclusive pelo Sintsef-CE.

Entre os principais pontos acordados, destacam-se:

- A reestruturação remuneratória será realizada em duas

etapas, com o primeiro reajuste ocorrendo em janeiro de 2025 e o segundo em abril de 2026.

- A estrutura da tabela de cargos será ampliada de 16 para 20 níveis, sendo que a classe inicial contará com 4 padrões.
- Os servidores serão reposicionados em dois padrões acima do atualmente ocupado a partir de janeiro de 2025. Por exemplo, os cargos do nível Especial III passarão a ser Especial V, enquanto o nível A I passará a ser A V.
- Haverá ajustes nos "steps", com melhorias nos valores entre um nível e outro, além da aproximação salarial entre os cargos de Analista e Perito.
- O vencimento básico será fortalecido, com o percentual passando de 35% para 51,15%, enquanto a Gratificação por Desempenho (GD) será ajustada de 65% para 48,85%.

Esse acordo marca uma importante conquista para os servidores do INCRA, assegurando reajustes salariais, melhorias na carreira e valorização do vencimento básico. Vale ressaltar que os servidores federais passaram sete anos sem reajuste nos governos Temer e Bolsonaro. Tomando por base a remuneração desses servidores em dezembro de 2022 e comparando com a remuneração que será recebida em abril de 2026, o aumento salarial supera 30%, com ganho real acima da inflação do período. Mesmo assim, o Sintsef-CE continuará acompanhando de perto o andamento das implementações previstas e as necessidades da categoria.

DNIT

Servidores do DNIT aprovam proposta de reestruturação do Plano de Carreiras após assembleias em todo o Brasil



Direção do Sintsef-CE em assembleia com servidores do DNIT

No dia 14 de agosto, o Sintsef-CE realizou uma assembleia com os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) na sede do órgão, em Fortaleza, para discutir a proposta de reestruturação do Plano de Carreiras, apresentada pelo governo federal através do Ministério da Gestão e Inovação (MGI). Após a discussão, a proposta foi aprovada pela maioria dos servidores em assembleias realizadas em várias regiões do país.

Poucos dias depois, em 19 de agosto, durante reunião da Mesa Específica e Temporária de Negociação em Brasília, foi firmado o acordo entre a Condsef e o MGI, que prevê reajustes salariais escalonados para os servidores do DNIT. Os aumentos serão aplicados em duas etapas: a primeira em janeiro de 2025 e a segunda em abril de 2026.

O plano de reestruturação também inclui mudanças na estrutura remuneratória, como a unificação das classes e a introdução de novos padrões. No entanto, os servidores expressaram preocupações em relação ao tratamento diferenciado entre as car-

reiras, com destaque para o Plano Especial de Cargos (PECDnit), que continua sendo um ponto de insatisfação.

Principais pontos do acordo:

• Para as carreiras do DNIT:

- Estrutura remuneratória com subsídio;
- Tabela com 20 padrões – inclusão de 7 novos padrões, sendo 2 no final da tabela e 5 no início;
- Unificação das classes em 4 classes com 5 padrões.

• Sobre as classes e padrões:

- Carreira de Infraestrutura de Transportes (NS): padronização dos steps em 2,5% (Classe Especial: 3,0%) nos padrões e 3,5% nas classes. Percentual de 42,3% de ganho em abril de 2026.
- Carreira de Suporte à Infraestrutura de Transportes (NI): padronização dos steps em 2,7% nos padrões e 4,8% nas classes. Percentual de 44,4% de ganho em abril de 2026.
- Carreira de Analista Administrativo (NS): padronização dos steps em 2,5% nos padrões e 4,4% nas classes. Percentual de 45,2% de ganho em abril de 2026.
- Carreira de Técnico Administrativo (NI): padronização dos steps em 2,9% nos padrões e 5,4% nas classes. Percentual de 48,8% de ganho em abril de 2026.

• Para o Plano Especial de Cargos (PECDNIT):

- Unificação das classes em 4 classes com 5 padrões para os cargos de nível intermediário e superior;
- Percentual de 27,4% de ganho em abril de 2026 para os cargos de nível superior (NS);
- Percentual de 30,5% de ganho em abril de 2026 para os cargos de nível intermediário (NI).

na base

— IBAMA

Servidores do Meio Ambiente conquistam reajuste e reestruturação de carreira, mas seguem mobilizados



Servidores do Ibama e ICMBio seguem mobilizados apesar de acordo assinado

No dia 12 de agosto de 2024, o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) assinou um acordo salarial com os servidores do Meio Ambiente, encerrando a greve nacional que havia começado em 1º de julho. O acordo envolve os servidores do IBAMA, ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente, e foi resultado de intensas negociações lideradas pela Condsef e Ascema Nacional.

A proposta aprovada pre-

vê um reajuste de 23%, a ser implementado em duas etapas: janeiro de 2025 e abril de 2026. Além disso, haverá uma reestruturação das carreiras, com a ampliação dos padrões de cargos de nível superior e intermediário e o reposicionamento dos servidores dois níveis acima do atualmente ocupado. Também está garantido um incremento na Gratificação de Qualificação (GQ), beneficiando servidores ativos,

aposentados e pensionistas.

Apesar do acordo, os servidores permanecem mobilizados, buscando soluções para pontos não resolvidos, como a paridade para aposentados e uma redução mais significativa das diferenças salariais entre técnicos e analistas. O Sintsef-CE informa que, mesmo com a assinatura do acordo, a categoria continuará pressionando o governo por melhorias adicionais, especialmente com a

aproximação da COP 30, em novembro de 2025.

Os servidores apontam que, embora o acordo represente avanços, ele ainda não é suficiente para evitar a perda de profissionais qualificados para outras carreiras. As demandas por melhores condições de trabalho e uma remuneração mais justa continuam no centro das reivindicações.

— DNOCS

DNOCS completa 115 anos. Hoje, em crise e pede socorro à sociedade



Direção do Sintsef-CE e servidores do DNOCS reunidos na sede do órgão em Fortaleza

No próximo dia 21 de outubro, o DNOCS completará 115 anos de existência, mas sem motivos para comemoração. A instituição, que desempenhou papel fundamental no desenvolvimento da infraestrutura hídrica no semiárido brasileiro, enfrenta hoje uma grave crise estrutural.

Com um quadro de servidores insuficiente, falta de concursos públicos e cortes orçamentários, o DNOCS não tem condições de implementar suas ações. As principais barragens da região semiárida estão sem pessoal adequado para gerência e monitoramento, e várias delas operam com vigilância e

conservação reduzidas. Além disso, contratos com empresas terceirizadas estão à beira do cancelamento por falta de pagamento.

Apesar de cerca de R\$ 900 milhões em restos a pagar, esses recursos são destinados a ações que fogem da missão central da autarquia, como compra de tratores e obras de pavimentação, em vez de projetos essenciais de infraestrutura hídrica e irrigação.

A situação também é crítica na área de piscicultura, que sofre com a falta de técnicos e pesquisadores, levando ao abandono de estações e à perda de matrizes de peixes, comprometendo a produção de alevinos.

O futuro também é incerto. O Ministério da Gestão e Inovação (MGI) não autorizou novos concursos, e a maior parte dos servidores está próxima da aposentadoria, o que pode agravar ainda mais a escassez de pessoal. A insatisfação dos servidores cresce, em especial devido à conversão de uma gratificação em VPNI, que bloqueia a recomposição salarial.

Diante desse cenário, o Sintsef-CE, que sempre esteve e está presente nas lutas juntamente com os servidores do órgão, faz um apelo para que a sociedade e as autoridades reconheçam a importância do DNOCS e atuem para reverter essa grave situação. Sem apoio, a autarquia, que já foi referência em desenvolvimento regional, corre o risco de paralisar suas atividades.

AGU

Servidores da Advocacia-Geral da União conquistam reajuste de até 347% na gratificação GEATA



Servidores da AGU em reunião com o Sintsef-CE discutem os avanços nas negociações por melhores condições de trabalho e remuneração

Em agosto de 2024, os servidores da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) participaram de uma campanha nacional por melhores condições de trabalho e remuneração. Lideradas pela Condsef e apoiadas por sindicatos como o Sintsef-CE, as manifestações resultaram em avanços significativos, incluindo a criação de um Plano de Cargos e Carreiras e o reajuste das gratificações GEATA e GDAA.

No dia 7 de agosto, o Sintsef-CE participou de uma reunião com os servidores da AGU em Fortaleza, onde foram discutidas pautas como a necessidade de um concurso público e a instalação de uma mesa setorial de negociação. Pouco antes do fim das negociações, em 30 de agosto, foi anunciado o reajuste da GEATA, que será implementado em duas etapas: janeiro de 2025 e abril de 2026, com aumentos de até 347% para os servidores de nível intermediário.

Ao todo, mais de 75% dos ativos e aposentados de carreiras de nível superior, e 99% nas carreiras de nível médio, terão reajustes em patamares superiores a 115% e 140%, respectivamente, em relação ao valor atual. Vale ressaltar que o incremento da gratificação, que é exclusiva da AGU, será somado ao reajuste do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), também aplicável à instituição. Assim, o vencimento básico e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU (GDAA) também terão aumento. Dessa forma, em abril de 2026, na soma de todos os reajustes, a maior classe e padrão receberá um aumento superior a 39,5% na remuneração total no caso dos servidores de nível superior, e de 44,2% no caso dos de nível intermediário.

Com essa vitória, os servidores da AGU, junto com o Sintsef-CE, seguem atentos para garantir a implementação das conquistas e continuar avançando em suas demandas.

TECNOLOGIA MILITAR

Condsef assina acordo com o MGI sobre reestruturação do plano dos cargos de Tecnologia Militar



No dia 15 de agosto, representantes do MGI e dos servidores da carreira de Tecnologista Militar assinaram acordo. Foto: André Corrêa

No dia 15 de agosto de 2024, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), a Federação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Fenadsef) e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) assinaram, junto ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI), o Termo de Acordo n. 25/2024, que trata da reestruturação do Plano de Cargos de Tecnologia Militar e do Quadro de Pessoal das Organizações Militares, que inclui servidores civis do Ministério da Defesa.

O Sintsef-CE, ao lado da Condsef, esteve apoiando esses servidores em suas reivindicações por melhorias nas condições de trabalho e na estrutura de cargos. O acordo prevê que a reestruturação salarial ocorrerá em duas etapas, sendo a primeira em janeiro de 2025 e a segunda em abril de 2026.

Entre as principais mudanças, destaca-se a valorização do vencimento básico (VB) nas remunerações:

- Para os cargos de Nível Superior: o VB passará de 45% para 70%, enquanto a Gratificação de Desempenho (GD) será reduzida de 55% para 30%.
- Para os cargos de Nível Intermediário: o VB será elevado de 58% para 70%, com a GD também passando para 30%.
- Para os cargos de Nível Auxiliar: o VB será reajustado de 63,3% para 70%, com a redução da GD para 30%.

O acordo também institui um Grupo de Trabalho para discutir a retirada do Anexo XXIII da Lei nº 11.355/2006 e não impede que novas pautas, não remuneratórias, sejam apresentadas em foros adequados.

Com essa conquista, o Sintsef-CE, em conjunto com a Condsef, reafirma seu compromisso de continuar lutando pelos direitos dos servidores, garantindo que as melhorias acordadas sejam implementadas de forma justa.

Sintsef-CE e Condsef reafirmam apoio irrestrito aos direitos territoriais indígenas diante da ameaça do Marco Temporal



Imagem: Sofia Lisboa/ Mídia Ninja

No dia 5 de agosto de 2024, foi realizada a primeira reunião da Câmara de Conciliação, criada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), para debater a constitucionalidade da Lei 14.701/2023, que impõe o Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas. Essa decisão de criar uma Câmara, liderada pelo ministro Gilmar Mendes, causou surpresa, já que o STF havia julgado a inconstitucionalidade do Marco Temporal em setembro de 2023, com uma votação de 9 votos a 2.

A Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), no entanto, decidiu se retirar da segunda audiência de conciliação realizada pelo STF, que ocorreu no dia 28 de agosto de 2024. Após a leitura de uma carta justificando a decisão, cinco integrantes da entidade nacional se levantaram e deixaram o auditório, seguidos por cerca de 50 lideranças indígenas que acompanhavam o evento.

A Lei 14.701/2023, aprovada após o veto do presidente Lula ter sido derrubado pelo Congresso, limita a demarcação de terras indígenas às áreas ocupadas na data da promulgação da Constituição de 1988. O Sintsef-CE e a Condsef, alinhados com os movimentos indígenas, continuam a apoiar a luta contra o Marco Temporal, afirmando que os direitos territoriais dos povos originários não são negociáveis.

Além do Judiciário, tramita no Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2023, que também busca estabelecer o Marco Temporal como critério para a demarcação das terras indígenas. Enquanto isso, os povos indígenas enfrentam uma escalada de violência em várias regiões do país, estimulada pela insegurança jurídica trazida pela discussão sobre o Marco Temporal, como revela o mais recente relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

O Sintsef-CE e a Condsef reafirmam que a tese do Marco Temporal é uma criação sem respaldo jurídico e que não há conciliação possível quando se trata de direitos fundamentais. Para as entidades, é preciso derrotar essa tese politicamente e garantir que os direitos dos povos indígenas sejam respeitados e preservados.

Pensionistas de ex-servidores públicos garantem direito a reajuste de benefícios

Pensionistas de ex-servidores públicos federais, cujos benefícios foram instituídos entre os anos de 2004 e 2007, conquistaram o direito ao reajuste de seus proventos com base no mesmo índice aplicado aos benefícios do INSS. A decisão histórica veio através do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1372723, relatado pelo Ministro Dias Toffoli.

O STF reconheceu que esses pensionistas, que não possuem a garantia de paridade, ficaram sem reajuste devido a uma lacuna na redação do artigo 15 da Lei nº 10.887/04, que estabelecia a data de correção, mas não o índice. A corte determinou que a falha legislativa deve ser corrigida pela Orientação Normativa 03/2004 do Ministério da Previdência Social, aplicando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para garantir a preservação do valor real dos benefícios.

Essa decisão corrige uma injustiça histórica e já está gerando impacto positivo. O Sintsef-CE informou que diversos pensionistas estão recebendo reajustes em seus contracheques, com aumentos de até R\$ 500,00 mensais, além de valores retroativos, que em alguns casos variam entre R\$ 30 mil e R\$ 50 mil.

Pensionistas que desejam garantir seus direitos devem procurar a sede do Sintsef-CE ou a delegacia sindical mais próxima para orientações sobre os procedimentos necessários para ajuizar as ações nos Juizados Especiais Federais.

CONTATOS DO JURÍDICO

-  (85) 3255-7349 (Recebe Ligações)
-  sintsefceara.org.br
-  [juridico@sintsef-ce.org.br](https://www.whatsapp.com/channel/00299140627)

Apenas mensagem de Whatsapp:

- (85) 99961-1449
- (85) 99964-0625
- (85) 98175-5495
- (85) 99914-0627



CONAB

Trabalhadores da Conab iniciam negociações do ACT 2024/2025



Servidores da Conab reunidos com a direção do Sintsef-CE

Entre os dias 3 e 6 de setembro de 2024, representantes dos trabalhadores e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) se reuniram para discutir o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/2025. As negociações envolveram demandas aprovadas em assembleias realizadas em mais de 20 estados brasileiros, e foram referendadas em plenárias nacionais da Fenadsef e da Fisenge, ocorridas em junho.

O início do encontro aconteceu no dia 3 de setembro, e contou com a presença de representantes dos trabalhadores do Ceará (com a presença da direção do Sintsef-CE), Pernambuco, Goiás e Espírito Santo, além dos membros das entidades Fenadsef, Asnab e Fisenge. Já no dia 6 de setembro, a reunião final ocorreu em Brasília, onde as partes aprofundaram as discussões.

A pauta apresentada pelos empregados da Conab prioriza a melhoria das relações de trabalho, ampliação de direitos e qualidade de vida. Entre os principais pontos está a criação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). No entanto, a empresa ainda não apresentou uma resposta formal às cláusulas econômicas, como a correção salarial pelo INPC cheio para o período de 1º de setembro de 2024 a 31 de agosto de 2025, um reajuste dos benefícios e um ganho real de 5% sobre os salários. Além disso, os trabalhadores da Conab reivindicam 15,52% referentes às perdas acumuladas de ACTs anteriores.

Com o término dessa primeira rodada de negociações, as entidades representativas se preparam para convocar uma plenária nacional informativa, onde será repassado à categoria o andamento das negociações. A mobilização e a unidade dos trabalhadores continuarão sendo essenciais para avançar nas conquistas.

EBSERH

Sintsef-CE parabeniza empregados(as) da Ebserh no Ceará por seus 10 anos de lutas e conquistas



Ato em frente a Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC-UFC - 06.05.2024)

Em 1º de setembro de 2024 celebrou-se os 10 anos desde as primeiras contratações da EBSERH no Ceará. Muito mais do que um marco cronológico - a data simboliza uma década de resistência, conquista e dedicação dos empregados(as) que fazem da EBSERH uma força transformadora na saúde pública do estado.

A criação da EBSERH, em 2011, não foi um acontecimento isolado, mas sim o resultado de uma visão ousada e progressista de mudança, liderada por Fernando Haddad, então Ministro da Educação. Em um momento em que os hospitais universitários federais enfrentavam uma crise sem precedentes, com falta de recursos, infraestrutura precária e gestão deficiente, Haddad enxergou a necessidade urgente de uma solução que unisse eficiência administrativa e compromisso social. Articulou, então, a criação da EBSERH, uma empresa pública que viria a reestruturar e revitalizar esses hospitais, garantindo não só a continuidade dos serviços de saúde à população, mas também a formação de milhares de profissionais da área da saúde. Sua liderança foi fundamental para que, em 2013, a EBSERH chegasse ao Ceará, e, no ano seguinte, concretizasse suas primeiras contratações, inaugurando uma nova era para o Hospital Universitário Walter Cantídio e a Maternidade-Escola Assis Chateaubriand.

Ao longo desses 10 anos, os empregados e empregadas da EBSERH no Ceará enfrentaram batalhas diárias, muitas vezes invisíveis, mas fundamentais para a manutenção de uma saúde pública de qualidade e para a dignidade de seus próprios postos de traba-

lho. E em cada um desses momentos de luta, o Sintsef-CE esteve ao lado dos empregados e empregadas, ombro a ombro, garantindo que seus direitos fossem respeitados, que suas vozes fossem ouvidas e que suas reivindicações não fossem silenciadas.

O Sintsef-CE sempre acreditou e esteve presente em todas as greves, atos e assembleias, reivindicando melhores Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) e garantindo que cada conquista fosse uma vitória coletiva. Desde a construção do primeiro ACT, assinado em 2014, o Sintsef-CE conquistou reajustes salariais e benefícios, como a jornada especial de trabalho de 12x36h. Em 2015, novas vitórias garantiram, entre outras conquistas, a ampliação da jornada especial para o período diurno e a antecipação de 50% do 13º salário em julho de cada ano. Em 2016, o sindicato assegurou um reajuste de 9%, além de conquistas importantes como a licença para acompanhar familiares e o respeito às atividades sindicais.

A luta do Sintsef-CE intensificou-se ainda mais entre 2019 e 2022, quando garantiu a manutenção do cálculo da insalubridade sobre o vencimento base, resistindo a tentativas de redução. Em setembro de 2022, o Sintsef-CE esteve, em Fortaleza, à frente da maior greve nacional dos empregados da EBSERH, que durou 10 dias e resultou em ganhos econômicos e sociais significativos, incluindo um aumento de 11% sobre o salário.

Mais recentemente, em 2023/2024, o Sintsef-CE conseguiu garantir um reajuste de 4,92% nos salários e benefícios, além de assegurar o compromisso da EBSERH de consultar as entidades sindicais em quaisquer alterações normativas que afetem diretamente os trabalhadores.

Hoje, ao celebrar esses 10 anos de história, o Sintsef-CE não apenas parabeniza, mas também se sente inspirado pela dedicação dos empregados e empregadas da EBSERH. São trabalhadores que, com garra e determinação, fazem a diferença na vida de milhares de cearenses. O Sintsef-CE orgulha-se de estar ao lado dessa categoria nessa caminhada e reafirma seu compromisso de lutar por mais direitos, mais reconhecimento e mais justiça para todos.

Que essa celebração seja um lembrete da força que se tem quando se está unido. Que inspire a continuar avançando, sempre com a certeza de que a luta coletiva é o caminho para um futuro mais justo e digno para todos. Juntos, fazemos a diferença. Juntos, somos imbatíveis!

— APOSENTADOS

Sintsef-CE anuncia reuniões mensais para aposentados e pensionistas em Fortaleza



No último dia 9 de agosto, o Sintsef-CE promoveu uma reunião com aposentados e pensionistas na sede do sindicato, em Fortaleza, onde foi anunciado um novo calendário de encontros mensais. A partir de agora, as reuniões ocorrerão sempre na segunda quinta-feira de cada mês, às 15h, na sede

da entidade. A novidade foi recebida com entusiasmo pelos presentes, que destacaram a importância de manter um diálogo constante sobre temas de interesse da categoria.

Nesta edição, a reunião contou com uma palestra sobre "A Voz dos Aposentados nas Negociações da Campanha Salarial 2024", organizada pela coordenação de aposentados e pensionistas. Foram debatidos assuntos cruciais, como a luta pela paridade entre ativos e inativos na campanha salarial e o papel dos aposentados nas eleições de 2024.

A regularidade dos encontros visa fortalecer a mobilização e manter os aposentados informados e participativos nas principais lutas do sindicato. O espaço continuará sendo aberto para sugestões e debates, promovendo maior engajamento nas ações da categoria.

— ARTIGO

A derrota eleitoral da extrema-direita implica romper com essa visão de Estado

Gestão, fragmentação e competição por distintividade

Para o autor da obra *Gestão como Doença Social – Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social* (Gaulejac, 2007), o "gerenciamento" vai muito além da noção de uma atividade burocrática. Caracterizado como uma tecnologia de poder, forjada entre o capital e o trabalho, possui a finalidade de obter a adesão passiva dos empregados. A "gestão", nesse cenário, é apresentada em sua dimensão política, como uma ideologia que legitima uma abordagem instrumental, utilitarista e contábil das relações humanas: "Sob uma aparência pragmática e racional, a gestão subentende uma representação do mundo que justifica a guerra econômica. Em nome do desempenho, da qualidade, da eficácia, da competição e da mobilidade, construímos um mundo novo. Uma sociedade global, marcada por um desenvolvimento paradoxal, na qual a riqueza e a pobreza aumentam, assim como o conhecimento e a ignorância, a criação e a destruição, o bem-estar e o sofrimento, a proteção e a insegurança. A gestão, que se apresenta como um simples meio para tratar esses problemas é, de fato, uma das causas de sua aparição e de sua reprodução" (Gaulejac, 2007, p. 27).

Os termos e diretrizes reproduzidos pelo MGI, baseados no desempenho, no mérito individual e em uma noção subjetiva de "complexidade" e obsolescência apenas afirmam a experiência observada durante o processo de negociação salarial neste ano de 2024, em mesas específicas.

Preliminarmente, registramos que a luta dos servidores - na qual se integra a derrota do bolsonarismo - conquistou acordos salariais de 2023 até 2026 que, mantida a previsão inflacionária, garantem que todos os federais terão a reposição da inflação e algum ganho real. A recuperação, ainda parcial, das perdas havidas no período golpista é, repisamos, conquista da categoria que ajudou a derrotar eleitoralmente o bolsonarismo.

No entanto, salta aos olhos que, sem uma única exceção, a visão de Estado imposta em um processo fragmentado e pré-concebido fixou um modelo que tem como base um corte explícito - mesmo quando se discutem as perdas inflacionárias, idênticas para todos e todas - com base na discriminação etária, por nível de escolaridade e por atividade.

Essa visão de Estado etarista e elitista tem, infelizmente, produzido os resultados de adesão almejados, confundindo muitos setores da categoria, iludidos com a ideia de que poderão estar entre "os escolhidos" para fazerem parte dessa suposta "elite", desde que

consigam demonstrar a própria distintividade e a suposta natureza extremamente complexa de suas atribuições, o que sempre se dá em comparação com os demais. A competição como forma privilegiada de organização da racionalidade no capitalismo financeiro é, portanto, estimulada dentro do Estado por uma política salarial que impõe o "todos contra todos".

Servidores ocupantes de cargos vistos como "operacionais", "pouco complexos", "pouco estratégicos" ou "obsoletos", em alguns casos oriundos das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, têm sido discriminados com negociações diferenciadas negativamente e recomposição salarial rebaixada. Os que acham que podem se beneficiar dessa lógica, voltam-se a si mesmos e recorrem à hierarquização e à meritocracia como forma de justificar sua posição "superior". De um lado ou de outro, a ideia de fracasso individual e a autocobrança excessiva acarretam profundos danos psicossociais e modulam ambientes de trabalho hostis, com trabalhadores previamente estratificados entre mercedores e não mercedores; produtivos e não produtivos; modernos e obsoletos.

Esse quadro de elitização do Estado é ainda reforçado por um recrutamento centrado nas camadas sociais privilegiadas, o que se dá em virtude da forma como se realizam os concursos: acabando com os cargos de nível auxiliar e intermediário, onde está a maioria do povo brasileiro; apontando para a flexibilização da contratação de cargos "menos estratégicos"; recusando o necessário debate sobre a implementação, no serviço público, de cotas sociais; recrutando direta e exclusivamente para cargos de nível superior, como se "passar em concurso difícil" fosse suficiente para formar alguém cujo trabalho é servir ao público! A tendência é, com o tempo, ser construído um servidor de costas para os verdadeiros interesses e necessidades da população.

Por defendermos um Estado que atue pela redução das desigualdades sociais, que combata a concentração de renda e que represente, em seus quadros, a diversidade da população brasileira, é que trabalhamos pela horizontalidade das lutas, portanto, pelo sindicato geral de servidores e empregados públicos federais. A resistência a esse processo de erosão da solidariedade de classe e entre gerações, meticulosamente inoculado pelo governo, está em nossa capacidade de nos organizar politicamente e em unidade para enfrentar as políticas elitistas e subordinadas à dominação do capital financeiro, em todas as suas dimensões.



* Artigo escrito por Mônica Carneiro, servidora da Funai e diretora da Secretaria de Imprensa e Comunicação da Condsef/Fenadsef

Leia artigo completo em: www.condsef.org.br